

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2015

(APRESENTADO COMO CONCLUSÃO DO RELATÓRIO PARCIAL Nº 14 DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA POLÍTICA)

Altera o art. 36-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para tratar da pré-candidatura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 36-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 36-A.**

.....

III- a realização de prévias partidárias, bem como a respectiva distribuição de material publicitário e informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa, e de debates entre os pré-candidatos;

.....

V – a divulgação do posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI – a realização, às expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar idéias, objetivos e propostas partidárias.

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VII do *caput*, são permitidos a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver e o pedido de apoio político.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2015

Senador JORGE VIANA, Presidente

Senador ROMERO JUCÁ, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 36-A. Não serão consideradas propaganda antecipada e poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

III - a realização de prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação intrapartidária e pelas redes sociais; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

V - a manifestação e o posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

Parágrafo único. É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

Art. 36-B. Será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CTREFORMA, 14/07/2015 às 14h30 - 7ª, Ordinária

Comissão da Reforma Política do Senado Federal

| - | | |
|--------------------------|----------|-------------------------------|
| TITULARES | | SUPLENTE |
| JORGE VIANA | PRESENTE | 1. WALTER PINHEIRO |
| HUMBERTO COSTA | PRESENTE | 2. DONIZETI NOGUEIRA PRESENTE |
| FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE | 3. ELMANO FÉRRER |
| GLEISI HOFFMANN | PRESENTE | 4. EDUARDO AMORIM |
| REGUFFE | PRESENTE | 5. TELMÁRIO MOTA |
| LASIER MARTINS | PRESENTE | 6. GLADSON CAMELI PRESENTE |
| IVO CASSOL | | 7. VAGO |
| BENEDITO DE LIRA | PRESENTE | 8. VAGO |
| EUNÍCIO OLIVEIRA | | 9. VAGO |
| OTTO ALENCAR | | 10. VAGO |
| ROMERO JUCÁ | PRESENTE | 11. VAGO |
| SIMONE TEBET | | 12. VAGO |
| JADER BARBALHO | | 13. VAGO |
| GARIBALDI ALVES FILHO | PRESENTE | 14. VAGO |
| EDISON LOBÃO | PRESENTE | 15. VAGO |
| SANDRA BRAGA | | 16. VAGO |
| JOSÉ AGRIPINO | | 17. VAGO |
| RONALDO CAIADO | PRESENTE | 18. VAGO |
| AÉCIO NEVES | PRESENTE | 19. VAGO |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | | 20. VAGO |
| TASSO JEREISSATI | PRESENTE | 21. VAGO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | PRESENTE | 22. VAGO |
| LÍDICE DA MATA | PRESENTE | 23. VAGO |
| RANDOLFE RODRIGUES | PRESENTE | 24. VAGO |
| FERNANDO COLLOR | | 25. VAGO |
| MARCELO CRIVELLA | | 26. VAGO |
| MAGNO MALTA | PRESENTE | 27. VAGO |
| MARTA SUPLICY | PRESENTE | 28. VAGO |
| LÚCIA VÂNIA | | 29. VAGO |

RELATÓRIO PARCIAL Nº 14, DE 2015

Da COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA
POLÍTICA DO SENADO FEDERAL, sobre o
tema da divulgação da pré-candidatura.

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

DIVULGAÇÃO DA PRÉ-CANDIDATURA A CARGO ELETIVO

Ao proibir a promoção pessoal que configure propaganda eleitoral antecipada, a legislação eleitoral visa a atenuar a captação antecipada de votos, o que poderia desequilibrar a disputa eleitoral e a igualdade de chances entre os candidatos.

Ocorre que tal vedação não pode configurar proibição desarrazoada à liberdade de expressão. Em ano eleitoral, as lideranças políticas se mobilizam para viabilizar a candidatura, não sendo razoável que tais medidas sejam tomadas de forma sigilosa, com o desconhecimento do público e da imprensa.

E a vedação à promoção pessoal tampouco pode ser subjetiva a ponto de deixar a cargo do aplicador da lei decidir em cada caso concreto se houve ou não a realização de propaganda antecipada, o que pode e gera, com frequência, decisões contraditórias.

Com o fim de dirimir as discussões acerca dos limites da promoção pessoal, a Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal resolveu tratar do assunto, para que sejam estabelecidos critérios objetivos acerca da configuração da propaganda eleitoral antecipada.

Afinal, numa democracia, às vésperas do processo eleitoral, é indispensável que se confira aos partidos a oportunidade de divulgar suas idéias, objetivos e propostas, bem como a figura de seus líderes e agentes

políticos, a fim de informar o eleitor e facilitar a futura escolha de seus representantes, além de contribuir para o fortalecimento dos partidos políticos.

E em nosso entendimento, não configura propaganda antecipada a divulgação da pré-candidatura, bem como das ações políticas desenvolvidas e as que se pretende desenvolver, desde que não se faça menção à campanha eleitoral vindoura.

Portanto, a fixação de regras objetivas e claras conferirá maior transparência, igualdade e segurança jurídica aos partidos e pré-candidatos no desempenho de suas atividades.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, V, *a* do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pela apresentação do seguinte Projeto de Lei do Senado.